



DEMONSTRAÇÕES
2020
CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2020
e
Relatório de Auditoria Independente

FUNARBE
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

BALANÇO PATRIMONIAL EM

(Valores em reais)

ATIVO

ATIVO	Notas explicativas	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (sem restrição)	(4)		
Caixa e bancos		120.406	133.927
Aplicações financeiras		68.423.982	63.847.164
		68.544.388	63.981.091
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	(4)		
Aplicações financeiras		85.375.207	87.033.283
		85.375.207	87.033.283
Total de Caixa e Equivalente de Caixa		153.919.595	151.014.374
Créditos e estoques (sem restrição)			
Cientes	(5)	5.405.379	5.448.146
Outros créditos a receber	(6)	29.649	44.360
Adiantamentos	(7)	189.112	338.733
Adiantamentos para projetos	(8)	666.762	304.238
Créditos tributários	(9)	199.955	177.490
Despesas antecipadas	(10)	62.348	59.503
Estoques	(11)	4.497.580	4.427.163
		11.050.785	10.799.633
Total do ativo circulante		164.970.380	161.814.007
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo (sem restrição)			
Créditos tributários	(9)	132.108	145.283
Depósito judicial	(12)	5.801	5.801
Participação societária	(13)	34.981	33.832
Imóveis	(14)	95.447	95.447
Fundo de investimentos	(15)	510.000	120.000
		778.338	400.365
Imobilizado			
Bens móveis (sem restrição)	(16)	8.693.028	8.205.360
Depreciação acumulada (sem restrição)		(4.712.581)	(4.155.880)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros (sem restrição)		25.055.622	24.549.227
Amortização acumulada (sem restrição)		(2.962.276)	(2.429.925)
		26.073.792	26.168.782
Intangível (sem restrição)			
Direito de uso de software	(17)	71.178	22.886
Amortização acumulada		(16.804)	(7.771)
		54.374	15.115
Total do ativo não circulante		26.906.504	26.584.262
Total do ativo		191.876.884	188.398.269

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM
(Valores em reais)
PASSIVO

PASSIVO	Notas explicativas	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Fornecedores (sem restrição)	(18)	4.842.305	4.021.161
Obrigações tributárias e previdenciárias (sem restrição)	(19)	1.112.355	1.159.807
Salários e obrigações (sem restrição)	(20)	661.266	652.841
Férias e décimo terceiro (sem restrição)	(21)	1.477.959	1.518.569
Contratos a executar (sem restrição)	(22)	16.763.385	16.211.598
Convênios a executar (com restrição)	(22)	85.508.412	86.812.752
Glosas de prestação de contas (sem restrição)	(23)	1.045.141	1.465.752
Rompimento representantes comerciais (sem restrição)	(24)	316.145	316.144
Comissões a representantes comerciais (sem restrição)	(25)	271.778	230.470
Demais obrigações (sem restrição)	(26)	478.131	541.323
Total do passivo circulante		112.476.876	112.930.417
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo (sem restrição)			
Provisões		-	3.530.758
Total do passivo não circulante		-	3.530.758
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	(28)		
Patrimônio social	(28.1)	54.129.697	50.847.627
Reservas para investimentos	(28.2)	2.490.000	2.880.000
Reservas de contingência	(28.3)	16.786.396	14.986.396
Fundo de apoio acadêmico	(28.4)	378.615	331.000
Fundo de reservas para imprevistos	(28.5)	3.086.077	-
Superávit do exercício	(28.6)	2.529.222	2.892.071
Total do patrimônio social líquido		79.400.008	71.937.094
Total do passivo e patrimônio líquido		191.876.884	188.398.269

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM
(Valores em reais)

	Notas explicativas	31.12.2020	31.12.2019
Receita vinculada à execução de projetos (com restrição)	(22)	68.318.121	41.330.126
Receita vinculada à execução de projetos (sem restrição)	(22)	12.895.075	37.377.998
RECEITAS VINCULADAS À EXECUÇÃO DE PROJETOS		81.213.196	78.708.124
Receita bruta com gestão de projetos (sem restrição)	(29)	5.283.140	6.461.387
Receita bruta de venda de produtos (sem restrição)	(29)	36.683.602	34.852.952
Receita bruta de venda de mercadorias (sem restrição)	(29)	37.326.786	35.335.256
Deduções da receita (sem restrição)	(30)	(6.928.226)	(6.482.344)
RECEITA LÍQUIDA		153.578.497	148.875.375
Custo vinculado à execução de projetos (com restrição)	(22)	(68.318.121)	(41.330.126)
Custo vinculado à execução de projetos (sem restrição)	(22)	(12.895.075)	(37.377.998)
CUSTO VINCULADOS À EXECUÇÃO DE PROJETOS		(81.213.196)	(78.708.124)
Custo dos produtos vendidos (sem restrição)	(31)	(24.037.349)	(21.061.166)
Custo das mercadorias vendidas (sem restrição)	(31)	(29.038.030)	(27.248.062)
SUPERÁVIT BRUTO		19.289.922	21.858.023
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS (SEM RESTRIÇÃO)			
Despesas de pessoal	(32)	(12.824.629)	(13.553.560)
Despesas administrativas	(33)	(3.480.838)	(3.909.097)
Despesas operacionais	(34)	(437.374)	(432.444)
Outras despesas operacionais	(35)	(598.402)	(3.362.526)
Programas de apoio à UFV	(36)	-	(453.689)
Sustentabilidade	(37)	(103.122)	(109.500)
Outras receitas operacionais	(38)	1.339.379	3.357.841
Depreciações e amortizações	(39)	(1.344.453)	(1.343.652)
Alienação do permanente	(40)	(23.013)	(39.362)
Receita com trabalho voluntário	(41)	145.252	144.052
Despesa com trabalho voluntário	(41)	(145.252)	(144.052)
		(17.472.451)	(19.845.989)
SUPERÁVIT ANTES DAS OP. FINANCEIRAS		1.817.470	2.012.034
Aplicações financeiras (sem restrição)	(42)	711.752	880.037
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		2.529.222	2.892.071

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM
(Valores em reais)

Composição	Patrimônio Social	Reserva p/ investimentos	Reserva p/ contingências	Fundo p/ desenvolvimento acadêmico	Fundo p/ imprevistos	Superávit (Deficit)	Total
Saldo em 31.12.2018	48.055.356	2.940.000	13.984.633	-	-	2.732.271	67.712.260
Incorporação ao patrimônio	2.732.271	-	-	-	-	(2.732.271)	-
Realização reserva de investimentos	60.000	(60.000)	-	-	-	-	-
Realização reserva de contingência	-	-	(487.663)	-	-	-	(487.663)
Aumento reserva de contingência	-	-	1.489.426	-	-	-	1.489.426
Constituição desenvolvimento acadêmico	-	-	-	331.000	-	-	331.000
Superávit do exercício	-	-	-	-	-	2.892.071	2.892.071
Saldo em 31.12.2019	50.847.627	2.880.000	14.986.396	331.000	-	2.892.071	71.937.094
Incorporação ao patrimônio	2.892.071	-	-	-	-	(2.892.071)	-
Realização reservas de investimentos	390.000	(390.000)	-	-	-	-	-
Aumento reserva de contingências	-	-	1.800.000	-	-	-	1.800.000
Aumento fundo acadêmico	-	-	-	363.623	-	-	363.623
Realização fundo acadêmico	-	-	-	(316.008)	-	-	(316.008)
Constituição fundo para imprevistos	-	-	-	-	3.220.951	-	3.220.951
Realização fundo para imprevistos	-	-	-	-	(134.874)	-	(134.874)
Superávit do exercício	-	-	-	-	-	2.529.222	2.529.222
Saldo em 31.12.2020	54.129.699	2.490.000	16.786.396	378.615	3.086.077	2.529.222	79.400.008

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) MÉTODO INDIRETO EM
(Valores em reais)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO	2.529.222	2.892.071
Crédito para liquidação duvidosa	184.365	5.223,00
Aumento reserva de contingência	1.800.000	1.489.426
Realização reserva de contingência	-	(487.663)
Aumento fundo acadêmico	47.615	331.000
Constituição fundo para imprevistos	3.086.077	-
Provisões	(3.945.387)	(1.484.092)
Depreciação e amortização	1.335.437	1.343.652
Baixas do ativo permanente	332.578	778.882
Reclassificação e baixa de depreciação	(246.385)	-
Intangível	(39.259)	3.406
Subtotal	5.084.263	4.871.904
REDUÇÃO (AUMENTO) ATIVOS OPERACIONAIS	(537.297)	(628.789)
Contas a receber	(241.843)	(132.115)
Estoques	(70.416)	(556.601)
Adiantamentos	149.622	107.865
Convênios	(362.524)	(41.700)
Outros ativos circulantes	(25.311)	(40.387)
Impostos a recuperar LP	13.176	34.149
REDUÇÃO (AUMENTO) PASSIVOS OPERACIONAIS	726.825	142.834
Fornecedores	821.144	(55.888)
Salários e gratificações	8.425	(25.805)
Obrigações tributárias e previdenciárias	(34.268)	141.947
Outras obrigações	(68.475)	82.580
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	5.273.791	4.385.949
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos em fundos	(391.149)	(61.579)
Adições ao imobilizado	(1.224.868)	(1.990.501)
Adições ao intangível	-	(8.096)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.616.018)	(2.060.176)
ATIVIDADES DE GESTÃO DE CONVÊNIOS		
Gestão de acordos, contratos e parcerias	551.787	1.318.441
Gestão de convênios e projetos	(1.304.340)	2.192.104
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	(752.553)	3.510.545
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NO PERÍODO	2.905.220	5.836.318
Caixa e equivalente de caixa (final do exercício)	153.919.595	151.014.374
Caixa e equivalente de caixa (abertura do exercício)	151.014.374	145.178.056
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NO PERÍODO	2.905.220	5.836.318

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM

(Valores em reais)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
RECEITAS	79.523.120	76.916.236
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	79.293.528	76.649.595
Outras receitas	309.904	319.929
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(80.312)	(53.288)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	54.097.966	48.677.043
Matérias-primas consumidas	17.658.361	15.007.142
Custos das mercadorias e serviços	28.102.351	26.092.825
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	7.993.015	7.252.640
Perdas/recuperação de valores ativos	344.240	324.436
VALOR ADICIONADO BRUTO	25.425.154	28.239.193
RETENÇÕES	1.344.453	1.343.652
Depreciação e amortização	1.344.453	1.343.652
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	24.080.700	26.895.540
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	711.752	880.037
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	24.792.452	27.775.578
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	24.792.452	27.775.578
Pessoal e encargos	15.799.838	16.867.874
Impostos, taxas e contribuições	6.463.392	8.015.633
Superávit do exercício	2.529.222	2.892.071

As nota explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.**
(Valores em reais)

1. CONTEXTO FUNDACIONAL

A Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), como as demais fundações de apoio criadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, está regularmente credenciada pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura, cuja atividade está regulamentada pela Lei nº 8.958/94 e pelo Decreto nº 7.423/2010. A Fundação tem sua atividade enquadrada no terceiro setor e foi instituída pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), de forma pública, em cartório apropriado, como Fundação de direito privado sem fins lucrativos, com os objetivos de cunho educacional e de desenvolvimento social, econômico, cultural, científico, tecnológico e ambiental. Ocupa-se da gestão de recursos oriundos de contratos, convênios e prestação de serviços de consultoria para viabilizar o melhor desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão da UFV e de instituições afins; além da atuação nas atividades sociais da UFV por meio da administração do Supermercado Escola e escoando o excedente da produção do Laticínio Escola com os produtos da marca “Viçosa”.

A Funarbe é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, localizada na cidade de Viçosa, Minas Gerais, no Edifício Sede, S/N, bairro *Campus Universitário* da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

No cumprimento de suas finalidades estatutárias, a Fundação poderá firmar contratos, convênios, acordos, termos de parceria e outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.

São órgãos da Administração da Fundação Arthur Bernardes:

- I) Conselho Curador
- II) Conselho Fiscal
- III) Diretoria Executiva
- IV) Superintendência

Os integrantes dos Conselhos e membros da Diretoria Executiva não recebem qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, sob nenhuma forma.

O superávit gerado pela Fundação, seja qual for sua natureza, independente da fonte, será aplicado integralmente na manutenção de seus objetivos institucionais, vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio, de suas rendas e de eventuais saldos, a qualquer título.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das Demonstrações Contábeis adotou-se às práticas de contabilidade aplicadas no Brasil e demais normas e técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Fins De Lucros, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.



2.2. Base de mensuração

A base de mensuração dos itens e dos fatos contábeis numa Demonstração Contábil é fundamental para a qualidade da informação contábil prestada, neste sentido as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A entidade avaliou as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de ajustes significativos nas demonstrações contábeis, são:

- I) Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota explicativa 3.3);
- II) Vida útil dos bens do Ativo Imobilizado (nota explicativa 3.8);
- III) Provisões e Contingências (nota explicativa 3.12).

2.5. Aprovação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações contábeis do ano de 2020 em 17 de março de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.6. Critérios Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.7. Demonstração de Resultados Abrangentes

Nas movimentações do Patrimônio Líquido da Fundação para o exercício corrente e exercícios apresentados de forma comparativa não foram identificados outros resultados abrangentes que assim requeressem a elaboração e apresentação da Demonstração dos Resultados Abrangentes. Desta forma a Fundação não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.

2.8. COVID-19 (Coronavírus)

A Fundação monitora atentamente as informações acerca das incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, assim como as reações de mercado e os efeitos econômicos provocados pela doença.

Desde de março de 2020, quando foi confirmado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, a Fundação criou uma comissão interna de prevenção e adotou protocolos sanitários levando em consideração as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Nas unidades, foram estabelecidos pontos de desinfecção com álcool líquido e em gel, distribuição de mascarás, realização de testes laboratoriais e revisão das regras de limpezas.



Como forma de reduzir os efeitos da pandemia e assegurar a saúde e a segurança dos colaboradores, a Fundação estabeleceu o trabalho em home office para parte dos colaboradores, afastou pessoas do grupo de risco e adotou medidas com base nas Medidas Provisórias (MP) 927/2020 e 936/2020, que permitiu maior flexibilidade das regras relativas à antecipação de férias, afastamento temporário e redução de jornada de trabalho.

Diante do cenário de incertezas, as ações sociais se tornaram ainda mais relevantes. Foi com esse pensamento que a Fundação, em parceria com a UFV, criou a iniciativa “Unidos por um Propósito”, campanha para arrecadação e investimento de recursos em pesquisas contra a COVID-19, cujo objetivo foi combater os efeitos da pandemia na sociedade.

Em razão dos efeitos do Coronavírus nas atividades da Fundação, várias outras medidas com o objetivo de mitigar os impactos no resultado foram tomadas, dentre as quais se destacam:

- i) Medidas de forma a manter a eficiência na prestação dos serviços, incluindo a utilização de recursos tecnológicos para oferecer suporte aos milhares de projetos de pesquisas gerenciados pela Fundação, visando a continuidade das pesquisas.
- ii) Ações no sentido de manter a sólida posição de caixa para enfrentar as incertezas, sem a necessidade de alterar o planejamento de médio e longo prazo.
- iii) Por fim, a Fundação promoveu mudanças estruturais e revisou as projeções de receitas e despesas para o exercício.

Neste cenário desafiador imposto pela COVID-19, a Direção vem analisando os eventos econômicos e financeiros que têm relação com as atividades da Fundação. Diante das previsões desfavoráveis para a economia brasileira e global, medidas de contenção de gastos e reestruturação interna foram iniciadas e certamente tais medidas mitigaram os impactos da pandemia no resultado.

A Fundação está se preparando para um 2021 de incertezas e espera que as providências tomadas pelas autoridades sanitárias e de saúde sejam suficientes para reter a expansão do vírus no âmbito nacional e global.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Fundação, a seguir:

3.1. Regime Contábil

As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Fundação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor original por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. Em função disso são considerados como “equivalentes de caixa”, conforme estabelecido na NBC TG 03 (R3) - (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3.3. Contas a receber de clientes



As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados aos serviços ou vendas de produtos e mercadorias, inclusive no cartão de crédito. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. A Fundação não registra o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Fundação, quando aplicáveis, são classificados sob as seguintes categorias:

- I) Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- II) Empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.4.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável. No caso da Fundação compreendem as aplicações financeiras.

3.4.3. Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Fundação compreendem principalmente o Contas a Receber.

3.4.4. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para seus ativos.

3.4.5. Passivos financeiros

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo exercício.



Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar a fornecedores e convênios a realizar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para os passivos.

3.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, sem o ICMS, dentro do que é mencionado no item 9 da NBC TG 16 e são compostos por mercadorias para revenda, por produtos acabados, por insumos a serem utilizados no processo produtivo, fretes e outros custos/despesas.

3.6. Demais ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

A mensuração também ocorre pelo valor justo, baseando-se no valor de mercado e não somente em critérios definidos pela entidade, segundo dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 46.

3.7. Propriedades para Investimentos

Propriedades (salas comerciais) mantidas pela Fundação para auferir aluguel, para valorização do capital ou para ambas. Estão classificadas no subgrupo Investimentos, dentro do Ativo Não Circulante, podendo ser mensurado após o reconhecimento inicial pelo Método do Custo ou pelo Método do Valor Justo, conforme NBC TG 28 (R4). Poderiam sofrer atualizações constantes, porém como o indexador é a Taxa Referencial (TR), o impacto seria irrelevante.

3.8. Imobilizado

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Fundação. Abrange, também, os custos de benfeitorias realizadas em bens de terceiros. É registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas da Receita Federal do Brasil, mencionadas na nota 16 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Os gastos com peças de reposição e manutenções realizadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho de determinado bem são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados junto ao bem.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Fundação que geram benefícios econômicos futuros. São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados



linearmente de acordo com o exercício em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos. A Fundação, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu intangível.

3.10. Recursos de Projetos

As entradas dos recursos destinados à execução dos projetos são registradas em contas específicas do ativo, passivo e de resultado, as saídas são registradas em contas individuais de despesas, não existindo qualquer variação de valores no resultado da demonstração do superávit/déficit da Fundação.

3.11. Férias e Décimo Terceiro

São passivos derivados de apropriações por competência. Em obediência às normas contábeis e por questões de planejamento financeiro, a fundação apropria recursos mensalmente para fins de liquidação de despesas futuras.

3.12. Provisões

A provisão é reconhecida quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (R2) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Fundação é parte de processos judiciais e administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Fundação. As provisões são atualizadas periodicamente.

3.13. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base "pro rata" dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

3.14. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e possa ser mensurada de forma confiável.

3.15. Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio do confronto das despesas com as receitas (regime de competência). No caso dos projetos, para atendimento ao regime de competência, as receitas são apropriadas na mesma proporção da execução financeira dos projetos.

3.16. Políticas Contábeis e mudança de estimativa

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Fundação, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Fundação adota contabilização e apresentação de forma segregada de contas decorrentes de recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos, tanto para contas patrimoniais quanto de resultados.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São basicamente aplicações financeiras de curto e médio prazo, de alta liquidez, mantidas com a finalidade de atender compromissos de reduzido prazo e para auferir rendimentos.

As contas do grupo são as primeiras a serem apresentadas no Balanço, dentro do Ativo Circulante. Constituídas para designar valor em caixa e bancos, representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e que não haja restrições de uso imediato.

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Caixa e Banco	120.406	133.927
Caixa	59.165	49.366
Banco com Movimentos	61.241	84.561
Aplicações Financeiras	68.423.982	63.847.164
Banco do Brasil	30.674.689	31.953.314
Bradesco	-	1.367.347
Caixa Econômica Federal	5.832.434	26.885.808
Banco Itaú S.A	27.403	27.258
Banco Mercantil S.A	785	2.304.022
UFV – Credi	849.940	647.869
BTG Pactual S.A.	25.266.286	-
XP Investimentos S.A.	5.070.097	-
Caderneta de Poupança		
Caixa Econômica Federal	702.348	661.545
Contas Vinculadas	85.375.207	87.033.283
Aplicações Financeiras de Convênios	85.375.207	87.033.283
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	153.919.595	151.014.374

5. CLIENTES

Os valores a receber estão representados basicamente pela venda de produtos do Laticínio e pela venda a prazo no Supermercado Escola, para os funcionários da Universidade Federal de Viçosa-UFV e da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe.

A Fundação reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial. É constituída e atualizada mensalmente considerando as duplicatas vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

As contas a receber de clientes são apresentadas no resultado como perdas estimada de difícil liquidação representando, em 2020, o montante acumulado de 311.626 (495.992 em 2019).



Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Supermercado Escola	3.504.237	2.905.937
Clientes a Receber	3.602.098	3.000.821
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(97.861)	(94.884)
Laticínio Escola	1.901.142	2.542.209
Clientes a Receber	2.114.908	2.943.317
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(213.765)	(401.108)
Total de Clientes a Receber	5.405.379	5.448.146

6. OUTROS CRÉDITOS

São devoluções, pelo banco sacado, de cheque recebido em pagamento (de duplicata, de venda à vista ou de qualquer outra transação), não cabendo estorno do lançamento original que registrou o pagamento, uma vez que a transação em si não foi desfeita.

7. ADIANTAMENTOS

São valores adiantados a colaboradores que viajem a serviço da instituição e adiantamentos para suprimentos de fundos (pequenas despesas).

8. ADIANTAMENTOS A PROJETOS

A Fundação registra os adiantamentos concedidos a projetos a fim de acobertar gastos necessários à execução da pesquisa, sem que haja prejuízos aos pesquisadores, financiadores e gestora.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A legislação mineira de ICMS permite que haja compensação do imposto, isto é, garante ao sujeito passivo ou àquele que recebe as mercadorias ou produtos o direito de se creditar do imposto que foi anteriormente cobrado em operações envolvendo a entrada de mercadorias.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

São despesas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Plano de Saúde	617	-
Seguros dos Dirigentes	38.339	37.225
Seguros de Veículos	17.641	15.901
Seguro Prédial	5.483	6.377
Vale Transporte	268	-
Total:	62.348	59.503

**11. ESTOQUE**

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas.

12. DEPÓSITO JUDICIAL

Correspondem a valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis, realizados para garantir a execução dessas ações ou para suspender a exigibilidade de crédito tributário. Os depósitos judiciais são corrigidos, na sua maioria, pela taxa referencial (TR), dependendo da natureza jurídica.

13. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Participações em cooperativas de créditos. É a representação percentual ou em valor do direito correspondente a investimentos financeiros.

14. IMÓVEIS

A Fundação registra nesta conta o valor das salas comerciais de sua propriedade, localizadas no centro da cidade de Viçosa. Os imóveis não sofreram, desde sua aquisição, nenhum ajuste do seu valor patrimonial para o preço de mercado.

15. FUNDO DE INVESTIMENTOS

Fundo formado pela união de várias fundações e empresas. A FUNDEPAR Investimentos, na condição de gestora do SEED4SCIENCE, seleciona e investe capital somente em empresas inovadoras com alto potencial de crescimento. O Fundo então se torna sócio da empresa investida, apoiando sua estruturação e crescimento.

16. IMOBILIZADO

É registrado ao custo de aquisição. Compreende também os gastos diretamente atribuíveis para colocar maquinários e equipamentos em condições de operação, como peças de reposição (com vida útil superior a um ano) e grandes manutenções.

A Funarbe optou por não reavaliar os ativos imobilizados, permanecendo com adoção das taxas fiscais para fins de depreciação.

As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas definidas no Anexo III da Instrução Normativa 1700 de 2017 considerando a vida útil econômica dos bens. A sua configuração é a seguinte:

Notas Explicativas às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (em reais).

2020	Máquinas e Equipamentos		Móveis e Utensílios		Veículos		Equipamentos de Informática		Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		Total
Custos											
31/12/2019	5.050.173	1.023.482	810.100	1.321.606	24.549.228	32.754.589					
Aquisições	576.382	61.667	126.700	55.497	506.395	1.326.640					
Baixa	(118.158)	(9.365)	(195.882)	(9.173)	-	(332.578)					
Transferências	-	-	-	-	-	-					
31/12/2020	5.508.396	1.075.784	740.918	1.367.930	25.055.623	33.748.651					
Depreciação											
31/12/2019	(2.258.843)	(416.913)	(464.960)	(1.015.166)	(2.429.925)	(6.585.807)					
Baixa	51.925	361	185.992	8.107	-	246.385					
Depreciação	(479.407)	(91.851)	(107.541)	(124.287)	(532.351)	(1.335.437)					
31/12/2020	(2.686.325)	(508.404)	(386.509)	(1.131.346)	(2.962.276)	(7.674.859)					
Valor residual em 31/12/2020	2.822.071	567.381	354.410	236.584	22.093.347	26.073.792					
2019											
Custos											
31/12/2018	5.416.016	1.196.213	730.184	1.480.462	24.452.978	33.275.853					
Aquisições	448.762	268.667	269.938	131.079	872.054	1.990.500					
Baixa	(814.605)	(441.398)	(190.022)	(289.934)	(775.804)	(2.511.763)					
31/12/2019	5.050.173	1.023.482	810.100	1.321.606	24.549.228	32.754.589					
Depreciação											
31/12/2018	(2.507.250)	(662.352)	(536.278)	(1.155.722)	(2.113.436)	(6.975.038)					
Baixa	712.919	334.297	156.418	282.837	246.411	1.732.882					
Depreciação	(464.512)	(88.858)	(85.100)	(142.281)	(562.900)	(1.343.651)					
31/12/2019	(2.258.843)	(416.913)	(464.960)	(1.015.166)	(2.429.925)	(6.585.807)					
Valor residual em 31/12/2019	2.791.330	606.569	345.140	306.440	22.119.303	26.168.782					

**17. INTANGÍVEL**

A Fundação mantém escriturado no intangível os direitos de utilização de *softwares*. São ativos sem existência física.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Administração de Projetos	4.298	5.589
Laticínio Escola	3.642	4.784
Supermercado Escola	46.434	4.743
Valor Líquido	54.374	15.115

18. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS

A Fundação mantém registrado em contas próprias as suas obrigações. Esta rubrica representa a retenção de impostos e contribuições de terceiros sobre os pagamentos realizados, a serem posteriormente recolhidos.

20. SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES

A Fundação apresenta de forma segregada as suas contas contábeis em que se registra as despesas inerentes aos colaboradores alocados nas três unidades da Funarbe, bem como eventuais contratações realizadas para atender projetos de pesquisa.

21. FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO

São estimativas de gastos com o período aquisitivo dos colaboradores. Trata-se de débito mensal para custear direitos adquiridos, incluindo pagamento de encargos.

É realizada em obediência ao princípio da competência contábil. A baixa, ou seja, seu desembolso, ocorre no decorrer do ano.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Férias	1.477.959	1.518.569
Décimo Terceiro	-	-
Total:	1.477.959	1.518.569

22. SERVIÇOS E CONVÊNIOS A EXECUTAR E GESTÃO DE CONVÊNIOS E PROJETOS

Refere-se a valores de convênios e contratos que a Fundação administra, representando, em 31 de dezembro de 2020, o montante de: R\$102.271.797 (R\$103.024.350 em 2019). Os valores relativos aos convênios R\$85.508.412 (R\$86.812.752 em 2019) conjugam exatamente com os valores constantes no Ativo, na conta Aplicação Financeira de Convênios. Esses valores são aplicados em fundos de investimentos e os seus rendimentos são creditados diretamente em conta corrente, tendo como contrapartida o próprio convênio.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Contratos	16.763.385	16.211.598
Convênios	85.508.412	86.812.752
Total de Convênios e Contratos	102.271.797	103.024.350

A Administração da Fundação, apesar de entender que a Funarbe está adequada quanto aos normativos contábeis, realizou ações acerca das possíveis movimentações dos recursos de convênios e contratos em contas de resultado, conforme dispõe a ITG 2002. O intuito é demonstrar de forma segregada nas demonstrações contábeis, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de resultados, os efeitos das transações envolvendo os recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Convênios	-	-
Receita com execução	68.318.121	41.330.126
Custo com execução	(68.318.121)	(41.330.126)
Contratos	-	-
Receita com execução	12.895.075	37.377.998
Custo com execução	(12.895.075)	(37.377.998)
Total	-	-

23. GLOSAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Fundação toma conhecimento das possíveis glosas após o recebimento dos ofícios de diligências. Esses ofícios são emitidos pelas financiadoras após a análise da prestação de contas técnico-financeira.

As glosas podem ocorrer devido a mudança de legislação ou no entendimento de procedimentos da financiadora, referente ao período de execução do projeto.

O valor da Provisão de Glosas de Prestação de Contas é controlado no Passivo Circulante, conforme tratamento dado pelos órgãos fiscalizadores.

Glosas de Prestação de Contas	31.12.2020	31.12.2019
Passivo Circulante	1.045.141	1.465.752
Total:	1.045.141	1.465.752



24. PROVISÕES P/ ROMPIMENTO DE CONTRATO DE REPRESENTANTES

No que tange o encerramento da relação entre a Fundação e seus representantes, a Lei 4886/65, conhecida como Lei dos Representantes Comerciais, estabelece regras que, independentemente da parte que o propuser, a rescisão contratual poderá se dar sem justo motivo. Regra geral, se for da instituição contratante a iniciativa pela rescisão do contrato de cooperação comercial, haverá direito à indenização legal por parte do representante.

25. COMISSÕES A REPRESENTANTES

Na Fundação, entende-se por representação comercial a relação por meio da qual uma pessoa física ou jurídica desempenha, sem relação de emprego e em caráter não eventual, a intermediação e o escoamento do excedente de produção do Laticínio Escola.

A remuneração do representante comercial se dá por meio do pagamento de comissões, que, conforme disposição legal, são calculadas com base em percentuais dispostos no contrato de representação, tendo como base de cálculo o valor das mercadorias cujo escoamento tenha sido intermediado pelo representante.

26. DEMAIS OBRIGAÇÕES DO PASSIVO CIRCULANTE

Referem-se aos valores provisionados para fins de avaliação dos colaboradores, depósitos não identificados, livros e mercadorias da Grife UFV e outros credores.

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Avaliações e Prêmios	111.083	131.700
Créditos a Identificar	175.471	316.882
Mercadorias em Consignação	15.132	12.964
Outras Contas a Pagar	109.237	79.777
Provisões Operacionais	67.209	-
Total:	478.131	541.323

27. CONTINGÊNCIAS

A Fundação é parte em processos nas esferas administrativas ou judiciais sobre questões tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na opinião dos seus assessores, internos e externos, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para perda.

27.1. Outros

A Fundação é parte em outros processos nos quais a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constitui provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis e remotas.

<u>Processos</u>	<u>Cível</u>	<u>Trabalhista</u>	<u>Tributário</u>	<u>Total</u>
Possível	4.967.860	151.962	23.175.911	28.295.732
Total:	4.967.860	151.962	23.175.911	28.295.732

A Administração da Funarbe por intermédio de seus diretores, gerentes e supervisores acompanharam efetivamente levantamentos realizados por órgãos fiscalizadores. Durante as verificações, em atendimento às solicitações, foram apresentados documentos, obrigações acessórias e todos os esclarecimentos necessários.

Tendo em vista que os procedimentos se encontram em fase preliminar, a Fundação fica impossibilitada de prever com certo grau de segurança o desfecho do processo. No entendimento da Fundação, com respaldo do escritório jurídico contratado para acompanhar o caso, todas as informações e comprovações foram disponibilizadas aos órgãos.

A entidade segue trabalhando no fortalecimento de controles internos e implementando medidas para aprimorar seus procedimentos e estreitar o relacionamento entre conselhos, diretoria, órgãos fiscalizadores e demais partes interessadas.

28. PATRIMÔNIO LIQUIDO

28.1 Patrimônio Social

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio remanescente será destinado à Universidade Federal de Viçosa (UFV).

No exercício de 2019, a Fundação teve um superávit de R\$ 2.892.071 já incorporado ao patrimônio social no exercício de 2020. Adicionalmente, o superávit a ser incorporado ao patrimônio social do exercício de 2020 é de R\$ 2.529.222.

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 79.400.008 (R\$71.937.094 em 2019).

Todos os resultados obtidos pelas operações da Fundação após a constituição das reservas são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de Fundação sem finalidade lucrativa.

28.2 Reserva para Investimentos

A finalidade da Reserva de Investimento no valor R\$ 2.490.000 (dois milhões quatrocentos e noventa mil reais) é atender a projetos de investimentos da Fundação, aprovada pelos Conselhos de Administração e Fiscal para o exercício de 2020, à luz do Comitê de Pronunciamentos Técnicos CPC 26.

As Demonstrações Contábeis incluem os saldos das contas do Programa de Investimentos em execução pela Fundação.

28.3 Reserva de Contingências



A Fundação apresenta de forma segregada contas contábeis na qual se registra os gastos inerentes aos seus colaboradores e estagiários, que estão alocados nas três unidades.

Despesas de Pessoal	31.12.2020	31.12.2019
Remunerações	5.392.633	5.605.423
Benefícios	2.055.119	2.402.524
Outras Remunerações	612.471	653.117
Encargos Sociais	2.454.779	2.512.357
Férias e Décimo Terceiro	2.309.627	2.380.139
Total:	12.824.629	13.553.560

33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

São registradas em contas contábeis específicas os gastos necessários para seu funcionamento. Os valores são indispensáveis para o gerenciamento, manutenção e administração da Entidade e das suas atividades de apoio à UFV, com o intuito de atender as finalidades dispostas no seu estatuto.

Despesas Administrativas	31.12.2020	31.12.2019
Conservação de Prédios e Móveis	519.432	507.173
Manutenção em Sistemas e Equipamentos	715.304	789.132
Administrativo	1.261.038	1.375.966
Outras despesas Administrativas	985.063	1.236.826
Total:	3.480.838	3.909.097

34. DESPESAS OPERACIONAIS

Neste grupo são registradas as despesas decorrentes de aplicações financeiras, de descontos concedidos, de encargos resultantes de pagamentos em atraso e despesas bancárias inerentes à manutenção e gerenciamento das contas administradas pela Fundação.

35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Registram-se as perdas operacionais e as provisões para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, bem como a divisão dos gastos inerentes aos núcleos de apoio às unidades da Fundação, nos quais utilizam os conceitos de Centro de Serviço Compartilhados (CSC) para otimizar os custos e melhorar o atendimento.

36. PROGRAMAS DE APOIO À UFV

A Fundação apoia atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da Universidade Federal de Viçosa. Este amparo se manifesta por meio de ações concretas, como a criação de fundo de Desenvolvimento Acadêmico, conforme nota 28.4, constituído de um percentual pré-definido aplicado sobre o superávit do período, destinando o recurso aos programas de apoio à UFV.



37. SUSTENTABILIDADE

Investimentos destinados a ações culturais, sociais e ambientais. Neste grupo são registrados os valores investidos em projetos desenvolvidos pela UFV, comunidade viçosense e ações internas da Fundação.

38. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

São registradas neste grupo as receitas decorrentes dos ressarcimentos das despesas operacionais, bonificações e descontos recebidos, aluguéis e venda de bens do imobilizado.

39. DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Ocorre nesta conta o registro e a alocação sistemática do valor depreciável (e amortizável) de um ativo ao longo da sua vida útil. É redução do valor dos bens pelo seu desgaste ou perda de utilidade.

40. ALIENAÇÃO DO PERMANENTE

São perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado reconhecidas no resultado de sua competência, isto é, no período no qual o item foi baixado.

41. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Decorrente da dedicação (em horas) dos membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções. O reconhecimento ocorre pelo valor justo da prestação dos serviços, tendo como base os valores praticados por esses profissionais no mercado.

A Receita e Despesa com trabalho voluntário totalizou, em 2020, o valor de R\$ 145.252. Este valor não foi efetivamente pago, tendo sua mensuração realizada apenas para registro contábil. O cálculo teve como base o tempo médio de dedicação dos conselheiros.

42. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Rendimentos auferidos sobre as aplicações financeiras da Fundação. Sua apropriação ocorre levando-se em consideração o regime de competência.

43. GERENCIAMENTO DE RISCOS

43.1 Taxas de juros: Em razão da natureza das suas transações de caixa, a Fundação não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos das demonstrações financeiras.

43.2 Concentração de riscos de crédito: A Fundação monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

43.3 Encargos financeiros e variação cambial: A Fundação monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

**44. SEGUROS CONTRATADOS**

A Fundação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. A Fundação possui as seguintes apólices de seguros vigentes:

44.1 Apólice de seguro de Vida em Grupo, Plano Funcionários, tipo de capital uniforme, contratado junto à Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A;

44.2 Apólice de seguro total da frota de veículos automotores, contratado junto à Gente Seguradora S/A;

44.3 Apólice de seguro predial (Unidade Supermercado Escola), contratado junto à Sompo Seguros Holdings;

44.4 Apólice de seguro predial (Unidade Administração de Projetos), contratado junto à Sompo Seguros Holdings;

44.5 Apólice de seguro predial (Unidade Laticínio Escola), contratado junto ao Bradesco Auto Cia de Seguros;

44.6 Apólice de seguro dos Dirigentes, contratado junto à AIG Seguros Brasil S/A.



Esta página é parte integrante das demonstrações contábeis da Fundação Arthur Bernardes, CNPJ 20.320.503/0001-51 datado em 31 de dezembro de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**EFETIVOS**

Nédson Antônio Campos (Presidente)
Giovana Figueiredo Rossi
João Luiz Lani
Israel Teoldo da Costa
Roberto Max Protil

SUPLENTES

Daniel Camilo de Oliveira Duarte
Luiz Eduardo Dias
Pablo Murta Baião Albino
Silvane Guimarães Silva Gomes
Tereza Angélica Bartolomeu

MEMBRO EXTERNO

Eveline Teixeira Caixeta

**MEMBRO REPRESENTANTE DO
CONSELHO TÉCNICO DA UFV**

Maria Catarina Megumi Kasuya

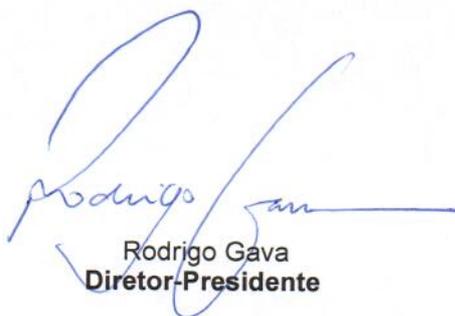
CONSELHO FISCAL**EFETIVOS**

Wender Fraga Miranda (Presidente)
Luciano Ferreira Gabriel
Gabriel Teixeira Ervilha

SUPLENTES

Layon Carlos Cezar

Viçosa-MG, 31 de dezembro de 2020.

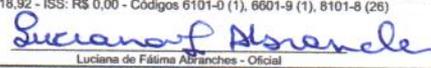

Rodrigo Gava
Diretor-Presidente

Diretoria Executiva


Olinto Liparini Pereira
Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação


Luciano Duque Ladeira
Contador - CRC-MG 91362/O



PROTOCOLO Nº 30177 - Registro nº 4675 - Av 89 Livro A96 - Folha 111/136 - Data 27/05/2021 Cópia: Emol R\$ 299,13 - TFJ R\$ 101,95 - Recomepe R\$ 17,84 - Desp.: R\$ 0,00 - Valor Final R\$ 418,92 - ISS: R\$ 0,00 - Códigos 6101-0 (1), 6601-9 (1), 8101-8 (26)  Luciana de Fátima Abranches - Oficial PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA Cartório Bandeira de Viçosa - MG SELO DE CONSULTA: DXD73853 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4375.8579.9152.3090 Quantidade de atos praticados: 28 Ato(s) praticado(s) por: Luciana de Fátima Abranches - Oficial Emol.: R\$ 316,97 - TFJ: R\$ 101,95 Valor Final: R\$ 418,92 Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br 
--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e administradores da
Fundação Arthur Bernardes - Funarbe

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Arthur Bernardes em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucro (NBC TG 2002 (R1) e pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação Arthur Bernardes de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos, e, na nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucro (NBC TG 2002 (R1) e pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação Arthur Bernardes - Funarbe ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,



individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação Arthur Bernardes – Funarbe.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação Arthur Bernardes - Funarbe a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de março de 2021.



Marco Aurélio Cunha de Almeida
Orplan Auditores Independentes
CRCMG – 00478/O - CVM – 3310
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Contador – CRCMG 056.290/O